



CERRADO NAS ELEIÇÕES

CARTA-COMPROMISSO DA CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 2022

A **Campanha Nacional em Defesa do Cerrado**, integrada por 56 organizações e movimentos sociais, comunidades indígenas, quilombolas e povos tradicionais, preparou esta carta-compromisso para ser entregue às candidatas e aos candidatos aos poderes executivo e legislativo federal e estaduais.

Sabemos que a missão de reconstrução a ser liderada pelas próximas gestoras e gestores públicos será imensa diante do legado nefasto deixado por este governo genocida, e por isso a Campanha dirige às candidatas e aos candidatos a proposta de um compromisso crucial a ser adotado neste momento histórico para o país e suas gerações futuras.

CONTEXTO

Desde 2016, quando foi instituída nossa Campanha, temos afirmado a importância do Cerrado e seus povos para a proteção da sociobiodiversidade do planeta e denunciado o aumento da violência no campo, da grilagem de terras, do desmatamento desenfreado, do uso abusivo e contaminação das águas, especialmente pelos setores do agronegócio e mineração e a não titulação dos territórios dos povos originários, quilombolas e tradicionais.

O Cerrado, **berço das águas** que sustenta doze bacias hidrográficas que figuram entre as principais do país, agoniza com o avanço da fronteira agrícola e a conversão anual de milhares de quilômetros quadrados de vegetação nativa em pasto ou plantações de soja e outros grãos voltados para o mercado externo. Em apenas 50 anos, metade da sua cobertura original foi destruída, em velocidade e dimensão ainda maiores que a Mata Atlântica e Amazônia, como demonstram os dados do INPE/PRODES.

Este processo, embora tenha raízes estruturais e históricas em escolhas que foram feitas por empresas e governantes no passado, aumentou significativamente durante o governo Jair Bolsonaro – somente entre 2020 e 2021 houve incremento de 20% a mais de área desmatada, conforme dados do MapBiomas, especialmente na região conhecida como Matopiba.

Entre os dias 08 e 10 de julho de 2022, a Campanha realizou a **Audiência Final** da Sessão em Defesa dos Territórios do Cerrado do **Tribunal Permanente dos Povos (TPP)** (49ª Sessão), no qual foram denunciados 15 casos de violações de direitos de comunidades tradicionais, quilombolas, camponesas e povos indígenas, incluindo as que foram atingidas pelos crimes ambientais resultantes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. **O júri do TPP reconheceu o crime de Ecocídio contra o Cerrado e de Genocídio contra seus povos**, condenando o Estado Brasileiro, organismos e Estados estrangeiros, o atual governo, e empresas nacionais e estrangeiras pelos respectivos crimes.

COMPROMISSO

Além de condenar os acusados pelos crimes de Ecocídio do Cerrado e Genocídio dos seus povos, o Tribunal Permanente dos Povos expediu recomendações às instituições estatais brasileiras, dentre as quais destacamos e propomos como compromisso a ser assumido como política efetiva pelas candidatas e candidatos em seus programas de governo:

1) Discutir de forma ampla, plural e democrática sobre projetos de desenvolvimento econômico nacional, regional e local, que não retire dos vários e distintos povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais o direito a conceber a sua própria noção de desenvolvimento e de se autodeterminar para tal fim;

2) Priorizar, por parte dos órgãos federais e estaduais, a identificação, demarcação e titulação dos territórios indígenas, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, bem como a implementação da política de reforma agrária;

3) Assegurar a todos os povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais os direitos assegurados pela Convenção 169-OIT, em especial a autoatribuição como critério principal de identidade coletiva, a demarcação de seus territórios com acesso amplo aos recursos naturais ali existentes, e a consulta livre, prévia e informada;

4) Atuar de forma efetiva para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 504, que reconhece o Cerrado como patrimônio nacional brasileiro, definindo e implementando uma agenda para acabar com o desmatamento em médio prazo;

5) Construir territórios livres de agrotóxicos, transgênicos e outras biotecnologias como parte de um processo de resistência, transição e ampliação crescente da proteção do patrimônio genético e cultural associado à agrobiodiversidade, do interesse local e dos direitos de agricultores/as e consumidores/as;

6) Formular e efetivar, mediante o permanente direcionamento e protagonismo dos povos do Cerrado, as políticas públicas de acesso prioritário à água e ao saneamento básico como direito fundamental vinculado diretamente à vida digna de todos e de cada um, como parte integrante do direito humano à saúde, à alimentação e soberania alimentar, e do direito à autodeterminação dos povos.

CONCLUSÃO

Estamos ainda na alvorada do século XXI e a nossa convicção é que precisamos mudar o paradigma de desenvolvimento herdado do período da Ditadura Empresarial-Militar, que sempre excluiu a maioria do povo brasileiro das benesses econômicas resultantes da exploração sem precedentes dos bens da natureza tão abundantes em nosso país.

O lema da nossa Campanha é “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”.

Esta é a síntese do que vislumbramos para um futuro próximo, caso não haja uma mudança de rumo nas políticas públicas relacionadas à demarcação e titulação dos territórios indígenas e tradicionais, à política ambiental e do uso das águas, e mesmo da política econômica fortemente dependente da produção de *commodities*, **com o sacrifício da savana mais biodiversa do planeta!**

Se nada for feito pelos próximos governos, em menos de três décadas as novas gerações não conhecerão o pequi, buriti, a cagaita, o coco babaçu, rios, nascentes, brejos, veredas, e tantas outras riquezas presentes nessa região tão esquecida, mas de grande importância estratégica mundial, onde estão localizados dois dos principais aquíferos brasileiros – o Urucuaia e o Guarani.

CAMPANHA CERRADO NASELEIÇÕES

Encaminhamos junto a esta carta-compromisso a síntese da sentença proferida pelo TPP, as recomendações propostas pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e acatadas pelo Tribunal Permanente dos Povos que se configuram como medidas - mínimas, urgentes e necessárias - para a proteção das águas, dos territórios, da sociobiodiversidade, da soberania alimentar e da autodeterminação dos povos do Cerrado.

As recomendações, em sua leitura conjunta, apresentam possíveis caminhos para conter o ecocídio-genocídio no Cerrado e podem contribuir para que as/os candidatas/os e suas equipes se aprofundem e reflitam sobre como poderemos construir juntas e juntos esse novo caminho.

Assumir um compromisso com a defesa do Cerrado e seus Povos é assumir um compromisso com a vida.

**CANDIDATA/O COMPROMETIDA/O COM O CERRADO BRASILEIRO E SEUS
POVOS**

CARTA-COMPROMISSO

Eu, _____
_____, candidata/o ao cargo público de
_____ no Estado de
_____ comprometo-me a, caso eleita/o, trabalhar em
diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições
apresentadas no documento “Carta-Compromisso da Campanha Nacional
em Defesa do Cerrado às Candidatas e aos Candidatos às Eleições de 2022”.
Assim sendo, assino a presente Carta-Compromisso.

Nome da/o candidata/o

Assinatura

Partido

Local e data